

## **COMISSÃO DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **REQUERIMENTO N<sup>º</sup> , DE 2016**

**(Da Sra. MARA GABRILLI e Do Sr. OTAVIO LEITE)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o esporte paralímpico e os Jogos Paralímpicos de 2016.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, seja realizada reunião de audiência pública com os seguintes convidados:

- Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro.
- Representante do Ministério do Esporte.
- Representante da Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE).
- Presidente do Conselho Federal de Educação Física (CONFED).

A audiência pública terá dois objetivos:

- a) debater as dificuldades, os desafios e propostas para a formação e prática esportivas das pessoas com deficiência;

- b) apresentar informações sobre a preparação para os Jogos Paralímpicos de 2016 e o legado que esse evento poderá deixar para o esporte paralímpico.

Cada convidado deverá contribuir identificando o objetivo, a missão e o alcance da sua entidade/órgão nessa área e, conforme sua experiência, os problemas vigentes, os desafios e as possíveis soluções para a democratização do direito das pessoas com deficiência ao esporte, em todas as manifestações esportivas (educacional, de rendimento ou de participação). Destaque especial deverá ser dado ao financiamento do esporte para pessoas com deficiência.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal garante o direito individual ao esporte no art. 217, sem distinção entre brasileiros. E também apregoa a qualidade na educação (arts. 206, 209, 211), da qual fazem parte a educação física e esportiva e uma política eficiente de inclusão. O esporte é prática social, pedagógica, de lazer, econômica e cultural. Além disso, é atividade das mais influentes no mundo.

O tema do direito das pessoas com deficiência ao esporte não será esgotado nessa primeira audiência pública que propomos. Esperamos convidar na sequência outros importantes participantes desse sistema, como associações desportivas, clubes, atletas com deficiência, gestores estaduais e municipais responsáveis por programas de desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência, gestores públicos na área da educação básica para responder sobre a inclusão desportiva nas escolas.

Nesta audiência propomos que o Comitê Paralímpico Brasileiro, o Ministério do Esporte, a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas e o Conselho Federal de Educação Física apresentem seu plano de ação em favor do direito das pessoas com deficiência ao esporte, o diagnóstico, conforme sua experiência, dos problemas e desafios que precisam ser superados para a promoção desse direito, e sua posição em relação ao financiamento do esporte para pessoas com deficiência. Como não poderia deixar de ser,

aproveitaremos a oportunidade para conhecer com mais profundidade a preparação para os Jogos Paralímpicos de 2016 e que legado que esse evento poderá deixar para o esporte paralímpico.

Conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Deputada MARA GABRILLI

Deputado OTAVIO LEITE